



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input checked="" type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

O ensino da arquitetura e do urbanismo na contemporaneidade

The teaching of architecture in contemporary

La enseñanza de la arquitectura en la contemporaneidad

FERREIRA, Eleine Freire Bourdette (1)

(1) Professora Doutora, Universidade Estácio de Sá, UNESA, curso de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; email: efbf@terra.com.br



O ensino da arquitetura e do urbanismo na contemporaneidade

The teaching of architecture in contemporary

La enseñanza de la arquitectura en la contemporaneidade

RESUMO

“O ensino da arquitetura na contemporaneidade” critica alguns currículos de escolas de arquitetura e urbanismo onde o desenvolvimento de disciplinas de projeto arquitetônico são alienados da esfera urbanística, como também o descompasso entre as metodologias de ensino de projeto e o uso de novas tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, currículos, projeto, arquitetura

ABSTRACT

"The teaching of architecture in contemporary" criticizes some curricula of architecture and urbanism schools in which the development of the disciplines of architectural design are alienated from the urban sphere, but also the gap between the teaching methodologies of design and the new technologies application.

KEY-WORDS: Teaching, curricula, design, architecture

RESUMEN

"La enseñanza de la arquitectura en la contemporaneidad" critica algunos currículos de escuelas de arquitectura y urbanismo donde el desarrollo de asignaturas de proyectos arquitectónicos son excluidos de la esfera urbanística, como también la falta de adecuación entre las metodologías de enseñanza de proyecto y el uso de nuevas tecnologías.

PALABRAS-CLAVE: Enseñanza, currículos, proyecto, arquitectura

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse artigo tem como ponto de partida as inquietações de uma professora de arquitetura e urbanismo, advindas do seu exercício docente frente às constantes e velozes transformações da sociedade contemporânea, e às suas inferências nos caminhos pedagógicos e das práticas do ensino superior da arquitetura e urbanismo. Tenciona prosseguir a discussão sobre o tema já em curso, evidenciada em dissertações, teses e artigos acadêmicos, acerca das transformações que afetam a educação formativa do arquiteto e urbanista, tomando-se como base a compreensão de alguns estudos teóricos e a observação da prática docente da disciplina, em algumas instituições de ensino superior, conhecidas por ocasião do reconhecimento de cursos de arquitetura e urbanismo, enquanto avaliadora ad hoc do INEP/MEC. A essas questões, inclui-se, também, a ocorrência de mudanças políticas decorrentes do processo de globalização, que cometem influência direta no sistema educacional. As trocas decorrentes da internacionalização dos mercados vêm constituindo competições acirradas, em busca de alunos (“clientes”) de instituições nacionais e internacionais de ensino superior, passando a ser consideradas como um empreendimento da educação, às vezes, em detrimento daquilo que deveria ser o objetivo final: formar profissionais competentes para atuarem na sociedade. Dentre os fatores que impelem a globalização, as inovações tecnológicas, como a Internet, utilizadas no ensino, vem sendo intensificadas pela velocidade tanto na adoção de computadores, quanto na conexão de tráfego de dados, favorecendo ao estudante o acesso indistinto de informações. Entretanto, há



que se considerar que, enquanto na tecnologia as alterações acontecem no processo de trabalho e nos equipamentos, no sistema social indica-se a possibilidade de mudanças de valores gerais – evidência relevante no âmbito da educação.

Os processos educacionais dependem das circunstâncias em que se encontra o corpo social, composto por inúmeros agentes, pois toda transformação na estrutura política, econômica e cultural, dessa coletividade, influencia a educação e vice-versa, como num eterno retorno a ser pensado. Em todas as esferas do ensino, que no Brasil tem sido tema de diversos estudos inconclusos, já que se trata de assunto inesgotável, um dos objetivos em comum encerra-se no pleno desenvolvimento do cidadão, no seu preparo para o exercício da cidadania e na sua qualificação para o trabalho. Destarte, o ensino se destina à formação integral do indivíduo, e não apenas ao acesso à informação, nas diversas formas de conhecimento teórico e prático.

Na expansão contemporânea do ensino superior e, portanto, do ensino da arquitetura e urbanismo, verifica-se, em algumas instituições de ensino, a hegemonia de princípios pedagógicos que possibilitam ao estudante possuir condições voltadas para o mercado, ao enfatizar no desenvolvimento da grade curricular, os critérios econômicos, em detrimento de outros com grande relevância para a atuação adequada do arquiteto na sociedade. Desse modo, observa-se no ensino da arquitetura e urbanismo, em algumas instituições, a relevância dos estudos das disciplinas de projetos arquitetônicos, preparando o profissional para atender aos interesses do(s) “cliente(s)”, e, conseqüentemente, ao mercado, com o prejuízo de projeções que se originem, em primeira instância, do estudo da escala urbana e os seus aspectos sociais, voltadas para o atendimento dos interesses de toda a coletividade, ao invés de partirem da escala e dos dados do terreno para o qual as edificações serão projetadas, alienando, assim, a esfera urbanística, da qual todo projeto arquitetônico deve emergir. A discussão e análise dessas constatações devem ser muito mais eloquentes, no decorrer do curso, na intenção de garantir ao estudante de arquitetura e urbanismo, que a sua formação acadêmica seja condizente com o seu pleno exercício profissional, indo muito além do que a mera categorização do seu status educacional, muitas vezes familiar, social e da sua inserção no mercado.

2 SOBRE AS PROBLEMÁTICAS

Devido ao crescimento das cidades e o agravamento das condições de moradia, saneamento básico, relativos aos espaços de natureza privada e de natureza coletiva - transporte, saúde, educação, cultura e lazer -, uma parcela da sociedade reconhece a importância e necessidade da ação do arquiteto e urbanista, mas nem sempre pode alcançá-lo, dadas as circunstâncias históricas do Brasil. Como resultante desse processo social, pode-se certificar a distinção entre os dois tipos de mercado da disciplina existentes, até os dias de hoje: o primeiro está relacionado ao arquiteto autônomo, prestador de serviços, requeridos pelos estratos mais elevados da população, e o segundo refere-se ao profissional apto para contribuir na solução dos problemas espaciais das concentrações urbanas de diversas naturezas. A formação generalista do arquiteto, preconizada pelo MEC, institui as diretrizes curriculares da disciplina para a formação do profissional que acate ambas as operações, ou seja, formar o arquiteto e urbanista que não somente atenda ao cliente privado, mas, também, às demandas de toda a sociedade. (Resolução nº 2 de 17 de junho de 2010). Contudo, as instituições de ensino tem a liberdade de configurar as suas matrizes curriculares, de acordo com o perfil do egresso que pretende formar.

É premente a atuação do arquiteto e urbanista na solução de problemas sociais, tanto de uso privado, quanto de uso coletivo, intensificados e gerados a partir das mudanças do mundo contemporâneo. Mas, paradoxalmente, quanto mais a sociedade brasileira necessita da atuação do arquiteto e urbanista na resolução de seus problemas espaciais, menos se atesta a existência de meios e consenso desse profissional, junto às suas representações institucionais e com a própria sociedade brasileira. Avivando o paradoxo, resalto o atendimento parcial da Lei 11.888/2008, que afiança “às famílias de baixa renda, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”. Possivelmente, uma das razões desse desencontro improdutivo, dentre outras, relaciona-se à matriz curricular e a sua condução pedagógica no ensino de arquitetura e urbanismo, de algumas instituições do país, que ofertam a disciplina.

Edson Mahfuz assegura que “o ensino da arquitetura e urbanismo deveria, hoje, ser menos definido por um conjunto de teorias e métodos voltados para a resolução de questões sociais de espaço”, de uso privado e coletivo, “que lhe seriam específicos, e muito mais por uma transversalidade de domínios os quais permitem o aluno e, posteriormente, o profissional, pensar e operar sobre o espaço humano”. (MAHFUZ, 2000). O autor considera, também, que a integralização do curso deve se fundamentar na preparação do “espírito crítico do estudante”. Entretanto, o constatado é o afastamento antipedagógico das disciplinas curriculares, que mais parecem cursos de extensão, e não, propriamente, uma das instâncias de conhecimento do profissional. (MAHFUZ, 2000). As disciplinas de teoria e história da arquitetura e urbanismo são entendidas, ainda hoje, como apoio para o ensino de atelier, e permanecem sendo ensinadas de modo apartado das demais, não constituindo-se em conteúdo de trabalho para a arquitetura e o urbanismo, sendo, ao contrário, relegadas a uma condição secundária. (MARTINEZ, 1986, p. 88). A gravidade dessa evidência é visível na aplicação da matriz curricular de algumas instituições de ensino, que produz uma formação profissional incompleta, pois “ao oferecer um ensino fragmentado, ele será acrítico. Todo ensino que é separado da história não supõe crítica. Então, por mais que apareça como renovador, ele é repetitivo”. (SANTOS, 1982). Reforçando a afirmação acima, cito o pensamento de Marcus Vitruvius Polio, escrito em 27 a.C, em que reconhece a complexidade da disciplina:

“A ciência do arquiteto é ornada por muitos conhecimentos e saberes variados, pelos critérios da qual são julgadas todas as obras das demais artes. Ela nasce da prática e da teoria. Prática é o exercício constante e frequente da experimentação, realizada com as mãos a partir de materiais de qualquer gênero, necessária à consecução de um plano. Teoria, por outro lado, é o que permite explicar e demonstrar, por meio de relação entre as partes, as coisas realizadas pelo engenheiro”. (VITRUVIUS, 1999, p. 49).

O século XXI e os últimos decênios do século XX se distinguem pelo descaminho dos discursos preponderantes em todas as áreas do conhecimento e das atividades humanas. Se algo singulariza a atividade do arquiteto urbanista é a clareza de que o seu trabalho pode assumir diversas propostas de várias naturezas. Por essa razão, o professor de projeto deverá alertar, no processo de aprendizado do aluno sobre a possibilidade de arbítrio característica do tempo presente, propondo-os a leitura e discussão de textos relevantes sobre o tema, motivando o “conhecimento adquirido através da prática projetual, informada por atividades de teoria, história e crítica, possa contribuir para evitar a arbitrariedade e resultar na Forma Pertinente”. (MAHFUZ, 2000). Os currículos dos cursos da disciplina, conforme já assinalado, parecem estabelecer o divórcio entre os conteúdos programáticos, constatável tanto “na sua organização departamental” de teoria, história, crítica e prática de projeto arquitetônico e urbanístico, porque “parecem ser entendidos como campos autônomos do conhecimento”. Ainda seguindo o autor, deveria ocorrer o “contrário, teoria, história, crítica e prática de projeto

são estreitamente vinculadas, sendo o projeto o fio condutor que deve guiar as demais”. (MAHFUZ, 2000).

“O objetivo de uma teoria projetual não pode ser a criação de fórmulas que resolvam todos os problemas de uma vez por todas, mas sim a ampliação da prática de projeto e seu campo problemático, proporcionando instrumentos que permitam reconhecer de maneira ordenada a complexidade da realidade (...), porque, (...) mais do que ensinar os estudantes a projetar de uma determinada maneira, o objetivo de uma escola de arquitetura deve ser a preparação do espírito crítico do estudante, a qual só pode ser alcançada de um modo: transferindo a experiência alheia para a própria, por meio do exame e do estudo de obras nas quais se reconheça como dados do projeto foram entendidos e valorizados pelos arquitetos, a que intenções suas decisões se vinculavam, em um momento histórico específico. Nessa incorporação da experiência alheia tem papel preponderante as atividades vinculadas à teoria, história e crítica da arquitetura”. (MAHFUZ, 2000).

Frequentemente, a história da arquitetura é ministrada, não empregando a teoria e a crítica, tornando-se, assim, uma verbosidade aborrecida de nomes, datas e imagens de edifícios, apresentadas em *power point*, distanciando o aluno da sua importância na sua formação profissional. Arrisco-me a relacionar tal fato à aceitação corrente de que todo bacharel em arquitetura e urbanismo pode ser professor no curso de arquitetura e urbanismo. Discordo, enfaticamente, dessa aceitação por parte das instituições de ensino, pois a docência é outra atividade profissional que requer conhecimentos pedagógicos e didáticos, específicos e imprescindíveis à condução adequada dos conteúdos programáticos com vista ao aprendizado do aluno. Dentre algumas possibilidades dessa preparação do docente, reconheço, a princípio, dois caminhos pertinentes: a aquisição de conhecimentos através de disciplinas pedagógicas oferecidas pelos programas de mestrado e doutorado, cuja baixa carga horária é insuficiente para o profissional adquirir conhecimento de suas teorias e práticas, e o outro reside no fato do profissional possuir a vocação inata para magistério. No primeiro caso, as teorias pedagógicas assimiladas devem ser correlatas à prática docente, pois do contrário, todo esforço empreendido poderá se configurar como mais um conhecimento sem aplicação, não solucionando o problema. No segundo, acredito que o exercício cotidiano de magistério permite o aprimoramento da didática, que, paulatinamente, produz um resultado mais significativo, do que no primeiro. Penso que essa questão merece discussões e estudos mais profundos, no sentido de serem alcançados acertos consequentes para a melhoria da docência de arquitetura e urbanismo.

“Um ambiente com essas características, que nos sugere um fluxo mutante de acontecimentos, parece contraditório à primeira vista com outras duas constatações muito comprovadas: por um lado, a estabilidade dos estilos docentes, desde a perspectiva pessoal e coletiva, o que nos leva a buscar as pautas que explicam sua possível racionalidade, sua estabilização em padrões de conduta pedagógica, sua coerência ou incoerência, sua própria continuidade temporal, etc. Por outro lado, a simplicidade com que um professor sem muita preparação e/ou experiência se desempenha na situação de ensino demonstra que existem mecanismos simplificadores para reduzir a complexidade a dimensões manejáveis”. (SACRISTÁN & GOMEZ, 2000, p. 64).

As mesmas considerações são pertinentes ao ensino de urbanismo, pois também nele se constata o mesmo afastamento entre as disciplinas críticas, teóricas e históricas, e do próprio projeto arquitetônico e o processo projetual de dimensões urbanas, apesar da Comissão de Especialistas em Ensino de Arquitetura e Urbanismo do Ministério da Educação e Cultura preconizar que

“A habilitação para o profissional formado nos cursos de arquitetura e urbanismo é única, ou seja, não existem modalidades na profissão, e se dá pelo registro do diploma e histórico escolar, onde devem constar obrigatoriamente a aprovação nas matérias e o cumprimento das exigências do currículo mínimo que qualificam para o exercício profissional”. (CEAU, 1994b, p.11).



No decurso do ensino de projeto de arquitetura, tenho observado, em geral, a alienação do projeto de arquitetura da sua dimensão urbana, pois os dados do terreno levantados, frequentemente, se atém apenas às informações imediatas do seu entorno. Essa evidência implica no distanciamento do pensar projetual do edifício em relação ao bairro e à cidade, nos quais serão inseridos, ainda hipoteticamente. Tenho atestado, inclusive, a ausência de informações imprescindíveis ao desenvolvimento adequado do projeto, tais como o conhecimento do norte geográfico, das informações climáticas e dos ventos dominantes, citando alguns, a partir dos quais se inicia a criação do projeto arquitetônico. Ao desconhecer esses fatores, o ato de projetar torna-se mecânico e alienado daquilo que está a produzir. Caso houvesse uma reformulação pedagógica fundamentada no aprendizado de ambos os tipos de projetos, o aluno exercitaria, simultaneamente, as similitudes e singularidades de suas naturezas, consolidando, no cotidiano do atelier, o conhecimento de arquitetura e urbanismo. Talvez, esse exercício dialético possa resultar num processo articulado de pensamento, capaz de criar novas perspectivas para a atividade do profissional da área, pois

“A prática pedagógica não é algo simples de se apreender; pelo contrário, é algo fluido, fugaz e de difícil apreensão, pois nela se expressam múltiplos determinantes, ideias, valores e usos pedagógicos. É necessário um mergulho nos diversos elementos que interagem e se entrecruzam dentro dessa prática tão complexa para uma pretensa compreensão dos processos de ensino. Uma investigação, bem como um trabalho consciente e sistemático de intervenção ou uma renovação pedagógica da prática do ensino, deve considerar tais elementos no contexto analisado. (FERREIRA, 2004, p.47).

3 A ADOÇÃO DAS TIC NO FAZER PROJETUAL

As novas relações que vêm se estabelecendo entre o campo da arquitetura e do urbanismo e as tecnologias de informação e comunicação – TIC -, principalmente aquelas que dizem respeito às maneiras de se projetar espaços humanos, têm afetado o fazer de arquitetura e urbanismo. Se os recursos tecnológicos desenvolvidos a partir dos anos 1990, num primeiro momento, se caracterizaram com a criação de softwares, apesar de não terem sido específicos para o uso da arquitetura e urbanismo, causou uma profunda mudança nas formas de se projetar, com o avanço da tecnologia digital e a consolidação da rede mundial de computadores - a Internet -, o campo disciplinar passa por reconfigurações sucessivas, num tempo cada vez menor. É notório que as TIC alteram as relações espaço-temporais e as realidades socioculturais, levando a perceber a necessidade de uma compreensão mais aprofundada do território configurado, para além do seu próprio espaço geograficamente limitado. No atual momento, em que a sociedade se desenvolve numa dinâmica pautada no conhecimento coletivo e na produção em rede, cabe refletir no potencial das novas práticas de projeto, para que as mesmas criem condições que ampliem a atuação humana e auxiliem no entendimento do que é arquitetura e urbanismo, atualmente.

A nova revolução tecnológica tem recebido muitas denominações: Castells a chamou Revolução das Novas Tecnologias de Informação, Negroponte preferiu nomeá-la Revolução Digital, Jean Lojkin a intitulou Revolução Informacional e Jeremy Rifkin a apontou como a Era do Acesso, entre tantas outras classificações. (SILVEIRA, 2003, p.8). Seja qual for a denominação considerada, em algumas atividades, como a arquitetura e urbanismo, o uso da tecnologia também suscita uma reflexão mais profunda sobre o que representa a informática do ponto de vista técnico, e o que representa a informática, também, para a definição dos rumos da profissão como um todo.

No seu livro intitulado “Arquitetura e revolução digital”, Steel estabelece três modos distintos

como os arquitetos têm enfrentado as profundas transformações decorrentes do advento da informática:

“A primeira, e a menos complicada, é utilizar este novo e vigoroso potencial digital como uma ferramenta para realçar um projeto que se tem trabalhado de maneira convencional e que, geralmente, se identifica com aqueles arquitetos que haviam criado seu “estilo” antes que entrassem na era eletrônica. Utilizam geralmente AutoCAD para realizar tarefas repetitivas e mecânicas, para delinear graficamente conceitos já definidos”. (STEEL, 2001, p.65).

Uma segunda maneira seria aquela semelhante ao processo projetual de Frank Gehry, que expressa uma aproximação e imbricação das potencialidades das TIC com as potencialidades criativas do arquiteto. Nesse caso, o arquiteto “utiliza o computador como um alter-ego subordinado mecânico, o que significa que o projetista se deixa conduzir pela máquina, incorporando-se em uma dança digital”. (STEEL, p.65). E por último, a terceira variante apontada pelo mesmo autor é definida pelos arquitetos que incorporam desenhos feitos à mão e posteriormente digitalizados em suas soluções gráficas, compondo um trabalho híbrido.

As duas primeiras maneiras de uso das TIC no campo da arquitetura e urbanismo estão relacionadas ao surgimento de novos softwares, cada vez mais complexos, e, geralmente, que possibilitam representações em 3D. A terceira possibilidade refere-se às misturas de linguagens, ou seja, a combinação da representação tradicional elaborada à mão, com aquela produzida com auxílio do computador.

Diante dos hibridismos de diferentes tipos, graças às tecnologias digitais,

“o domínio da imagem também tem passado por uma evolução espetacular, e em alguns pontos paralela à do som. Ao sampler, por exemplo, corresponderia à digitalização da imagem. Uma vez digitalizada, a foto ou o desenho podem ser reprocessada ou desviada à vontade, os parâmetros de cor, tamanho, forma, textura, etc. podendo ser modelados e reempregados separadamente”. (LÉVY, 2000, p.106).

Também é possível constatar a existência de, no mínimo, dois tipos de arquiteto e urbanista contemporâneos, que associam seus trabalhos às TIC: aqueles que utilizam o computador como instrumento de representação de arquiteturas projetadas para o espaço real, e os outros que projetam arquiteturas virtuais, ou seja, imagens digitais, também chamados de “arquitetos do ciberespaço”. (BRAIDA, 2004).

Além das considerações apresentadas anteriormente, finalizo o presente artigo com as seguintes interrogações: através de que matrizes curriculares e encaminhamentos pedagógicos, o profissional de arquitetura e urbanismo está sendo formado no país? Qual desses “dois tipos” de arquiteto urbanista, as instituições de ensino brasileiras está formando? E, ainda outra, será que além dos “tipos” apontados por Braida, podem existir outros “tipos” de arquiteto urbanista? Com o desenvolvimento das TIC no ensino, qual tipo de docente teremos doravante, atuando no magistério superior?

REFERÊNCIAS

- BRAIDA, F, COLCHETE FILHO, A. Elementos urbanos de significação pública: cidades, comunicações e artes na era da cultura digital. In: CARDOSO, Selma (org.). *I Seminário Arte e Cidade*. Salvador: 2006.
- FERREIRA, Bráulio V. *O ensino do desenho técnico no curso de arquitetura e urbanismo: limites e possibilidades*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2004.
- FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FLUSSER, Vilém. *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.



- GOROWITZ, Matheus. Os riscos do projeto. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.
- GREGOTTI, Vittorio. Território da Arquitetura. São Paulo, Perspectiva: 1975.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento da era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- MARTINÉZ, A. M. *Criatividade, personalidade e educação*. Campinas: Papirus, 1997.
- MASCARÓ, Juan L. *O custo das decisões arquitetônicas*. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 1985.
- MAHFUZ, Edson. Trabalho apresentado no Vº Encontro de Teoria e História da Arquitetura no Rio Grande do Sul, com o artigo "Teoria, História e Crítica e seu papel no ensino de Projeto Arquitetônico", Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Ritter dos Reis. Porto Alegre- RS, 2000.
<http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.pgau>.
- NEVES, Laert Pedreira. *Adoção do partido na arquitetura*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.
- PEREIRA, Miguel Alves. *Arquitetura, texto e contexto: o discurso de Oscar Niemeyer*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- RESOLUÇÃO Nº 2 de 17 de junho de 2010.
- RIO, Vicente Del (org.). *Arquitetura: pesquisa e projeto*. São Paulo: ProEditores, 1998.
- SILVA, Elvan. *Uma Introdução ao projeto arquitetônico*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SNYDER & CATANESE. *Introdução à arquitetura*. Rio de Janeiro: Campus, 1984.
- STEELE, James. *Arquitectura y revolución digital*. México: Gustavo Gili, 2001.
- VIEIRA, E. *Produção digital de maquetes arquitetônicas: um estudo exploratório*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – UNICAMP, 2007.